



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



RAFAEL MOREIRA DE SOUZA

**REDES MIDIÁTICAS E O TRABALHO POLICIAL: vantagens e desvantagens à
PMGO**

GOIÂNIA-GO
2025

RAFAEL MOREIRA DE SOUZA

**REDES MIDIÁTICAS E O TRABALHO POLICIAL: vantagens e desvantagens à
PMGO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rafael Cadeira.

GOIÂNIA-GO

2025

REDES MIDIÁTICAS E O TRABALHO POLICIAL: vantagens e desvantagens à PMGO

MEDIA NETWORKS AND POLICE WORK: advantages and disadvantages for PMGO

Rafael Moreira de Souza¹

Rafael Caldeira²

Resumo

As redes midiáticas, abrangendo plataformas digitais como redes sociais e canais de vídeos, transformaram a comunicação entre a Polícia Militar de Goiás (PMGO) e a sociedade, promovendo transparência e interação, mas também gerando riscos éticos, legais e operacionais. O presente estudo examina as vantagens e desvantagens do uso dessas plataformas no trabalho policial da PMGO, com ênfase na divulgação de ações, campanhas educativas e interação comunitária. O objetivo geral reside em analisar essas vantagens e desvantagens, identificando práticas atuais, benefícios percebidos e riscos associados, para propor estratégias de gestão eficaz. A metodologia adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica de obras acadêmicas e normativos institucionais, como o Procedimento Operacional Padrão da PMGO, com questionários aplicados a 45 alunos da Academia da PMGO selecionados por amostragem intencional, e análise de conteúdo para categorizar respostas. Os principais resultados indicam uso integral das redes para divulgar ações operacionais e campanhas educativas (100%), interação comunitária por 71,11% dos respondentes, percepção de transparência alta ou muito alta por 82,22%, facilitação significativa da aproximação com a comunidade por 84,44%, riscos à segurança por 62,22% e éticos por 31,11%, com diretrizes institucionais consideradas parciais por 51,11%. A pesquisa conclui que as redes midiáticas fortalecem a transparência e a legitimidade da PMGO, mas demandam regulamentação mais robusta e treinamento para mitigar riscos de exposição e desinformação, garantindo utilização responsável alinhada à segurança pública.

Palavras-chave: Redes midiáticas. Trabalho policial. PMGO. Transparência.

Abstract

Media networks, encompassing digital platforms such as social networks and video channels, have transformed communication between the Military Police of Goiás (PMGO) and society, promoting transparency and interaction, but also generating ethical, legal, and operational risks. This study examines the advantages and disadvantages of using these platforms in PMGO's police work, with emphasis on disclosing actions, educational campaigns, and community interaction. The general objective lies in analyzing these advantages and disadvantages, identifying current practices, perceived benefits, and associated risks, to propose effective management strategies. The methodology adopts a qualitative approach, combining bibliographic review of academic works and institutional norms, such as the PMGO Standard Operating Procedure, with questionnaires applied to 45 students from the PMGO Academy selected by intentional sampling, and content analysis to categorize responses. The main results indicate full use of networks for disclosing operational actions and educational

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Graduação em Direito – Faculdade do Instituto Brasil - FIBRA. Email: rafaelms195@hotmail.com. Telefone: (62) 99221-7125.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduação em Educação Musical - UFG, Gestão em segurança pública - UniAnhanguera, pós graduação em docência do ensino superior – FABEC. Email: pmrafaelcaldeira@gmail.com. Telefone: (62) 991058671.

campaigns (100%), community interaction by 71.11% of respondents, perception of high or very high transparency by 82.22%, significant facilitation of community approach by 84.44%, risks to security by 62.22% and ethical by 31.11%, with institutional guidelines considered partial by 51.11%. The research concludes that media networks strengthen PMGO's transparency and legitimacy, but require more robust regulation and training to mitigate risks of exposure and disinformation, ensuring responsible use aligned with public security.

Keywords: Media networks. Police work. PMGO. Transparency.

1 INTRODUÇÃO

As redes midiáticas, compreendendo plataformas digitais como redes sociais e canais de vídeos, modificaram a comunicação através das instituições policiais e a sociedade. Na Polícia Militar de Goiás (PMGO), a utilização dessas ferramentas tem se intensificado, seja para divulgar ações operacionais, promover campanhas educativas ou interagir de forma direta com a população. Contudo, a presença policial nas redes midiáticas também suscita questões éticas, legais e operacionais, como a exposição indevida de agentes e a difusão de narrativas que podem comprometer a imagem da instituição.

Estudos, como o de Lima (2022), demonstram que a utilização de plataformas midiáticas por policiais pode tanto fortalecer a transparência quanto gerar conflitos com normas institucionais. Esta pesquisa conecta-se a investigações sobre a interface entre tecnologia e segurança pública, propondo-se a examinar como a PMGO pode equilibrar os benefícios das redes, como a proximidade com a comunidade, com os perigos de sua utilização inadequada, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas comunicacionais. A análise das vantagens e desvantagens desse uso das redes sociais por policiais é necessária para compreender seu impacto na atuação policial e na percepção pública da corporação.

A investigação das vantagens e desvantagens da utilização de redes midiáticas no trabalho policial fundamenta-se na necessidade de entender os impactos dessas plataformas na atuação da PMGO e na sua relação com a comunidade. A inexistência de diretrizes claras para a utilização dessas ferramentas pode resultar em práticas que prejudiquem a credibilidade da corporação ou violem normas éticas e legais. Este estudo busca identificar os benefícios, como o desenvolvimento da transparência e da interação comunitária, e os desafios, como a exposição indevida de operações, propondo recomendações para uma utilização responsável.

O estudo busca responder a seguinte questão: Quais são as vantagens e desvantagens do uso de redes midiáticas no trabalho policial da Polícia Militar de Goiás, e como a corporação pode gerenciar os desafios associados a essas plataformas? Os resultados poderão orientar a

elaboração de políticas institucionais que maximizem o potencial das redes midiáticas em favor da segurança pública.

O objetivo geral baseia-se em analisar as vantagens e desvantagens do uso de redes midiáticas no trabalho policial da Polícia Militar de Goiás, identificando estratégias para sua gestão eficaz. Os objetivos específicos abrangem analisar as práticas atuais de utilização de redes midiáticas pelos policiais da PMGO, identificar os benefícios percebidos dessas plataformas na comunicação com a sociedade e na atuação policial, e avaliar os riscos e desafios associados ao uso de redes midiáticas, considerando aspectos éticos, legais e institucionais.

A primeira etapa consistirá em uma revisão bibliográfica, explorando obras acadêmicas, legislação relevante e estudos que abordem a temática. A pesquisa qualitativa será guiada por meio de questionários aplicados aos alunos da Academia da PMGO. A técnica de análise de conteúdo será aplicada para categorizar e interpretar os dados qualitativos, proporcionando uma compreensão aprofundada das visões dos participantes. Toda a pesquisa será conduzido com rigor ético e garantindo o consentimento informado dos participantes. Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma minuciosa, incluindo análises e interpretações que contribuam para o entendimento do tema proposto.

2REVISÃO TEÓRICA

O advento das redes midiáticas, abrangendo plataformas como redes sociais e canais de vídeos, reconfigurou os canais de comunicação entre instituições policiais e a sociedade, introduzindo novas dinâmicas na propagação de informações. A Polícia Militar de Goiás (PMGO) integra essas ferramentas em suas operações, utilizando-as para divulgar ações operacionais, transmitir campanhas educativas e estabelecer vínculo direto com a comunidade. Essa presença digital reflete uma tendência de adaptação às demandas contemporâneas por transparência, propiciando que a corporação compartilhe registros de intervenções e promova a visibilidade de suas atividades. A documentação dessas práticas encontra respaldo em normativas internas, como o Procedimento Operacional Padrão da PMGO, que orienta o uso institucional de redes midiáticas (Goiás, 2023).

A interação da PMGO com a sociedade por meio de redes midiáticas abrange a publicação de conteúdos que informam sobre operações, alertam sobre crimes e engajam a comunidade em iniciativas preventivas. Plataformas como Instagram e *YouTube* servem como veículos para a transmissão de vídeos que documentam abordagens policiais e campanhas de

conscientização, aproximando a corporação dos cidadãos. Essa comunicação bidirecional possibilita o recebimento de denúncias e a promoção de diálogo, fortalecendo a percepção de acessibilidade da PMGO. A análise dessas práticas revela a influência das mídias digitais na construção de uma imagem pública, destacando a capacidade de alcançar amplos segmentos populacionais (Neves; Alves, 2023).

Os benefícios percebidos no uso de redes midiáticas pela PMGO incluem o fortalecimento da transparência e a ampliação da interação comunitária. A divulgação de ações operacionais permite que a sociedade acompanhe o trabalho policial, reduzindo especulações e promovendo *accountability* institucional. Campanhas educativas, como alertas sobre segurança viária ou prevenção de crimes, alcançam um público diversificado, contribuindo para a redução de infrações. A proximidade com a comunidade, facilitada por respostas a comentários e mensagens, fortalece os laços de confiança, incentivando a colaboração em denúncias e ações preventivas. Esses aspectos refletem a adaptação da PMGO às exigências de uma sociedade conectada (Lima, 2023).

A presença de policiais em plataformas digitais, como canais de vídeos no *YouTube*, introduz novas dimensões na comunicação policial. A criação de conteúdo por agentes da Polícia Militar de Alagoas exemplifica essa tendência, com registros que mostram o cotidiano operacional e abordagens em tempo real. Esses materiais visam humanizar a corporação, apresentando os policiais além de sua função repressiva, e atraem audiência interessada em segurança pública. A produção de vídeos reflete uma estratégia de marketing institucional, buscando alinhar a imagem policial aos valores de proximidade e responsabilidade (Lima, 2022).

As redes midiáticas também abrem espaço para a construção de imaginários de poder, influenciando a percepção pública sobre a polícia. A circulação de imagens e narrativas nas plataformas digitais pode reforçar a autoridade policial, mas também expõe a corporação a interpretações diversas. A representação midiática de grupos, como os bolivianos em oficinas clandestinas, ilustra como o discurso policial pode ser amplificado ou contestado, dependendo do contexto de publicação. Essa dualidade destaca a necessidade de monitoramento constante para evitar distorções que comprometam a credibilidade institucional (Leão *et al.*, 2019).

Os desafios associados ao uso de redes midiáticas pela PMGO incluem riscos éticos e legais que podem comprometer a atuação policial. A exposição indevida de agentes, com a divulgação de imagens que identificam rostos ou locais de operações, viola normas de segurança e proteção de dados. A publicação de conteúdos sensíveis, como registros de prisões, pode gerar críticas por invadir a privacidade dos envolvidos ou por violar o princípio da

presunção de inocência. Esses aspectos exigem a elaboração de diretrizes claras para orientar os policiais na utilização dessas plataformas (Paes; Barbosa, 2023).

A desinformação constitui preocupação significativa no contexto das redes midiáticas policiais. A disseminação de notícias falsas ou narrativas distorcidas sobre operações da PMGO pode minar a confiança pública, criando percepções negativas sobre a corporação. O impacto das mídias sociais na imagem da Polícia Militar do Paraná, analisado sob a ótica da desinformação, evidencia como a falta de controle sobre o conteúdo publicado pode amplificar conflitos e deslegitimar ações institucionais. A gestão desse risco requer estratégias que promovam a veracidade das informações (Dambros, 2025).

O populismo penal midiático surge como fenômeno relacionado ao uso de redes midiáticas, caracterizado pela exploração sensacionalista da criminalidade. A exibição de prisões ou operações em tempo real pode atender a expectativas populares de punição, mas também reforça estereótipos e pressiona a polícia a priorizar a repressão em detrimento da prevenção. Essa prática expõe a PMGO ao risco de ser percebida como instrumento de espetáculo, desviando-se de sua missão de segurança pública. A análise desse fenômeno destaca a necessidade de equilibrar a comunicação com os objetivos operacionais (Honorio Filho *et al.*, 2019).

As questões legais no uso de redes midiáticas pela PMGO envolvem a conformidade com a legislação brasileira, como o Marco Civil da Internet e a Lei de Acesso à Informação. A publicação de dados pessoais ou imagens de operações sem autorização pode configurar violação de direitos, sujeitando a corporação a sanções. O Procedimento Operacional Padrão da PMGO estabelece diretrizes que orientam a utilização institucional, mas a ausência de regulamentação para o uso pessoal por policiais cria lacunas que podem gerar conflitos jurídicos. A documentação dessas normas reflete a tentativa de padronizar as práticas comunicacionais (Goiás, 2023).

A ação policial nos limites do sensível, amplificada pelas redes midiáticas, revela a complexidade da interação entre polícia e sociedade. A exposição de operações em plataformas digitais expande a visibilidade das ações policiais, permitindo que a população acompanhe o trabalho em tempo real. Contudo, essa abertura também intensifica o escrutínio público, expondo erros ou excessos a críticas imediatas. A análise desse fenômeno sugere que a PMGO enfrenta o desafio de manter a eficácia operacional enquanto gerencia a percepção midiática (Durão, 2019).

Os movimentos sociais e as redes virtuais influenciam a comunicação policial, especialmente em eventos de grande repercussão. A cobertura de manifestações, como as

registradas em junho de 2013, demonstra como as mídias alternativas e as redes sociais amplificam as narrativas sobre a atuação policial. A PMGO deve considerar esses canais como espelhos da opinião pública, ajustando suas estratégias de comunicação para responder a demandas sociais. A ausência de monitoramento pode levar a interpretações desfavoráveis que prejudiquem a imagem institucional (Peruzzo, 2013).

A percepção dos policiais militares de Goiânia sobre o uso de redes sociais revela uma visão dual sobre suas implicações. A aproximação com a população, facilitada por interações online, fortalece a confiança e permite a obtenção de informações úteis para operações. Por outro lado, a exposição pessoal e a possibilidade de conflitos virtuais geram receios entre os agentes. Essa perspectiva destaca a necessidade de treinamento que prepare os policiais para utilizar as redes de forma estratégica, equilibrando os benefícios e os riscos (Neves; Alves, 2023).

A posição-sujeito da mulher policial nas corporações de segurança pública reflete-se nas narrativas midiáticas. A presença feminina nas redes sociais expõe desafios de gênero, como estereótipos e discriminação, que podem influenciar a percepção pública sobre a PMGO. A circulação de sentidos nessas plataformas oferece oportunidade para debater a inclusão, mas também amplifica confrontos discursivos que podem desestabilizar a coesão interna. A análise dessas dinâmicas sugere a importância de políticas que promovam a equidade na comunicação digital (Santana, 2024).

O marketing institucional emerge como ferramenta estratégica no uso de redes midiáticas pela PMGO. A construção de uma imagem positiva por meio de conteúdos educativos e informativos visa aproximar a corporação da sociedade, reforçando sua legitimidade. A análise da Polícia Militar do Paraná indica que o planejamento de campanhas pode aumentar a aceitação pública, mas a falta de consistência na mensagem pode gerar contradições. A documentação dessas práticas destaca a relevância de uma comunicação alinhada aos objetivos institucionais (Lima, 2023).

A exploração midiática da criminalidade, associada ao populismo penal, influencia a atuação policial nas redes. A exibição de operações em tempo real atende a demandas populares por punição, mas pode desviar o foco da prevenção, priorizando a repressão. A PMGO enfrenta o desafio de gerenciar essa exposição, evitando a espetacularização que comprometa a imparcialidade. A análise desse fenômeno revela a tensão entre a comunicação policial e as expectativas sociais (Honório Filho *et al.*, 2019).

A representação midiática dos “ilegais” nas redes sociais oferece perspectiva sobre o discurso policial. A cobertura de grupos como os bolivianos em oficinas clandestinas reflete

narrativas que podem reforçar preconceitos ou legitimar ações repressivas. A PMGO deve considerar esses discursos ao planejar sua comunicação, assegurando que as publicações não perpetuem estereótipos. A documentação dessas representações destaca a influência das mídias na construção da imagem policial (Maya, 2014).

A interação entre movimentos sociais e redes virtuais intensifica a visibilidade da PMGO. A cobertura de eventos como protestos amplifica as ações policiais, expondo tanto sucessos quanto falhas. A análise dessas interações revela a necessidade de estratégias que respondam às narrativas populares, mantendo a coerência institucional. A ausência de controle pode levar a interpretações que prejudiquem a credibilidade da corporação (Peruzzo, 2013).

A desinformação nas redes midiáticas desafia a comunicação policial da PMGO. A circulação de notícias falsas sobre operações pode gerar confusão e desconfiança, exigindo medidas que promovam a veracidade. A análise da Polícia Militar do Paraná indica que a falta de monitoramento amplifica os efeitos negativos, destacando a importância de canais oficiais para contrapor narrativas distorcidas (Dambros, 2025).

A presença digital de policiais youtubers reflete uma tendência individual de comunicação. A produção de vídeos por agentes da Polícia Militar de Alagoas oferece visão do cotidiano policial, humanizando a corporação. Contudo, a ausência de regulamentação pode levar a conteúdos que violem normas institucionais, como a exposição de operações em andamento. A documentação desse fenômeno destaca a dualidade entre personalização e controle institucional (Lima, 2022).

A gestão ética das redes midiáticas pela PMGO envolve a proteção de dados pessoais e a preservação da privacidade. A publicação de imagens sensíveis pode violar direitos, sujeitando a corporação a sanções legais. O Procedimento Operacional Padrão da PMGO estabelece diretrizes que orientam a comunicação institucional, mas a falta de regulação para uso pessoal cria incertezas. A análise dessas normas revela a necessidade de padronização (Goiás, 2023).

A ação policial nos limites do sensível amplifica-se nas redes midiáticas. A exposição de operações em tempo real expande o escrutínio público, permitindo a avaliação instantânea das ações. Essa visibilidade oferece oportunidade de transparência, mas também expõe erros a críticas imediatas. A documentação desse fenômeno destaca a complexidade da comunicação policial na era digital (Durão, 2019).

3 METODOLOGIA

A pesquisa será estruturada através de uma abordagem qualitativa, dividida em duas fases principais para analisar as vantagens e desvantagens do uso de redes midiáticas no trabalho policial da Polícia Militar de Goiás (PMGO). A primeira fase consistirá na revisão bibliográfica, que envolverá a consulta a obras acadêmicas, documentos legais e estudos relacionados à temática como base para contextualizar o emprego de redes midiáticas na segurança pública. Essa etapa também incluirá a análise do Procedimento Operacional Padrão da PMGO, obtido junto à corporação, para mapear as diretrizes institucionais aplicáveis à comunicação digital.

A segunda fase abrangerá a coleta de dados através dos questionários aplicados aos alunos da Academia da PMGO, selecionados por amostragem intencional com base em seu estágio de formação que exploram a atividade policial nas mídias sociais. Os questionários serão compostos por questões fechadas de múltipla escolha, projetados para capturar informações sobre as práticas atuais de uso de redes midiáticas, os benefícios percebidos e os riscos associados, com distribuição por plataforma digital que assegure anonimato e praticidade, estimando-se um período de 15 a 20 minutos para resposta. A análise dos dados será conduzida por meio de técnica de análise de conteúdo para categorizar e interpretar as respostas, identificando padrões que reflitam as percepções dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa conduzida com 45 alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás (PMGO) analisou as percepções sobre o uso de redes midiáticas no trabalho policial, explorando práticas atuais, benefícios, riscos e desafios associados. Por meio de uma abordagem qualitativa, complementada pela análise quantitativa de questionários, os dados foram categorizados utilizando a técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar padrões que dialogam com o referencial teórico e as normativas institucionais.

Os resultados indicaram que 100% dos respondentes confirmaram a utilização de redes sociais pela PMGO para divulgar ações operacionais, corroborando as diretrizes do POP, que regulamenta a publicação de conteúdos institucionais em plataformas digitais para promover transparência e interação com a sociedade. Essa prática reflete a adaptação da PMGO às demandas contemporâneas por comunicação acessível, conforme descrito por Lima (2023), que destaca o uso de redes como Instagram e *YouTube* para fortalecer a imagem da

instituição por meio de estratégias de marketing. Da mesma maneira, todos os participantes (100%) reconheceram o emprego de redes midiáticas para campanhas educativas, como alertas sobre segurança viária e prevenção de crimes, alinhando-se com as observações de Baccin e Cruz (2015) sobre o potencial das redes sociais no policiamento comunitário, que prioriza a proximidade com a população.

A interação direta com a comunidade por meio de redes sociais foi reportada por 71,11% (32) dos alunos, enquanto 28,89% (13) indicaram não ter participado dessas interações. Esse resultado sugere que a comunicação bidirecional, descrita por Neves e Alves (2023) como um mecanismo de fortalecimento da confiança pública, é uma prática consolidada entre os policiais em formação, especialmente via plataformas como Instagram e WhatsApp.

Contudo, a ausência de interação por parte de quase um terço dos respondentes pode indicar barreiras, como falta de treinamento ou acesso limitado a ferramentas institucionais, conforme apontado por Paes e Barbosa (2023). O POP da PMGO (Goiás, 2023, p. 76-78) enfatiza a importância de canais oficiais para interações, mas a ausência de regulamentação específica para o uso pessoal pode limitar a uniformidade dessas práticas.

O gráfico 1 a seguir apresenta a proporção de alunos que relataram ter interagido ou não por meio de redes sociais em atividades policiais.

Gráfico 1: Interação da PMGO com a Comunidade pelas redes sociais



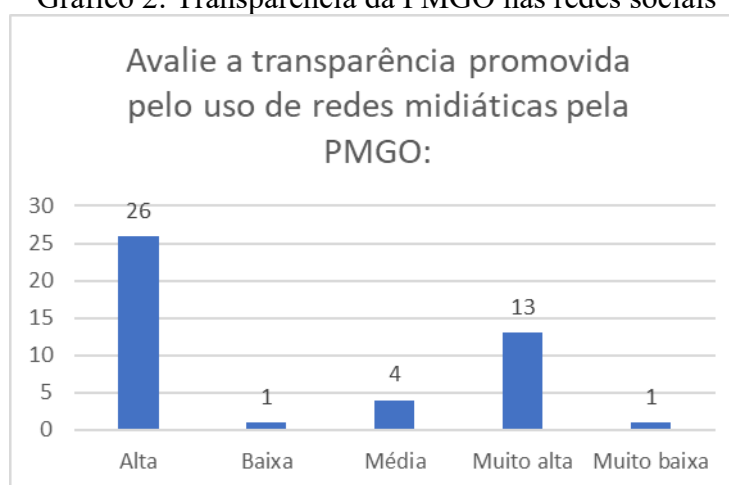
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A transparência promovida ao utilizar das redes midiáticas foi avaliada positivamente por 82,22% dos respondentes, com 28,89% (13) classificando-a como "muito alta" e 53,33% (24) como "alta". Apenas 11,11% (5) consideraram a transparência "média", 4,44% (2) "baixa" e 2,22% (1) "muito baixa". Esses dados corroboram a análise de Lima (2023), que associa a divulgação de ações policiais em redes sociais à promoção de *accountability*, reduzindo

especulações e fortalecendo a legitimidade institucional. A percepção majoritariamente positiva reflete a capacidade das redes de tornarem as ações policiais mais visíveis, conforme descrito por Durão (2019), que destaca a amplificação da visibilidade operacional na era digital.

O gráfico 2 abaixo detalha a distribuição das avaliações sobre a transparência, evidenciando a predominância de percepções positivas entre os alunos da Academia da PMGO e sua importância para a construção de uma imagem institucional confiável.

Gráfico 2: Transparência da PMGO nas redes sociais



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Todos os respondentes (100%) reconheceram que as redes midiáticas facilitam a aproximação com a comunidade, sendo 84,44% (38) considerando essa facilitação "significativa" e 15,56% (7) "moderada". Esse consenso reforça as observações de Neves e Alves (2023), que apontam as interações online como ferramentas para fortalecer laços de confiança e promover a colaboração cidadã em denúncias e ações preventivas. Baccin e Cruz (2015) complementam essa análise, destacando o papel das redes no policiamento comunitário, que prioriza a proximidade e o diálogo com a sociedade. A ausência de respostas negativas sugere que os alunos percebem as redes como um canal estratégico para alinhar a PMGO às demandas de uma sociedade conectada.

As respostas abertas sobre as vantagens percebidas foram categorizadas em: aproximação com a comunidade/policiamento comunitário (44,44%, 20 respostas), transparência (26,67%, 12 respostas), divulgação do trabalho policial/marketing (22,22%, 10 respostas) e informação/atualizações (6,67%, 3 respostas). Esses resultados dialogam com Lima (2022), que analisa a produção de conteúdos por policiais, como vídeos no *YouTube*,

como uma estratégia de humanização da corporação, mostrando o cotidiano operacional e aproximando a polícia da sociedade. Leão *et al.* (2019) complementam, sugerindo que a circulação de narrativas positivas nas redes reforça a autoridade policial, desde que bem gerenciada. A ênfase na transparência e na divulgação alinha-se com o POP (Goiás, 2023, p. 18), que orienta a publicação de conteúdos institucionais para promover a visibilidade das ações policiais.

O gráfico 3 abaixo apresenta a distribuição das respostas sobre o risco à segurança decorrente da exposição de operações, evidenciando a divisão entre as percepções de risco frequente, raro e inexistente, e sua relevância para a segurança operacional.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

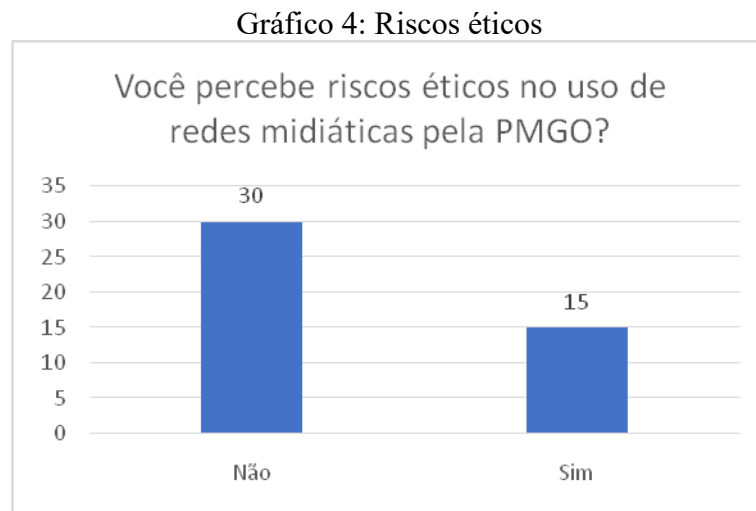
A exposição de operações em redes midiáticas foi considerada um risco à segurança por 62,22% dos respondentes, com 22,22% (10) indicando que isso ocorre "frequentemente" e 40,00% (18) "raramente". Contudo, 37,78% (17) não percebem esse risco. Esses dados refletem a preocupação com a segurança operacional, conforme destacado por Paes e Barbosa (2023), que apontam o risco de comprometimento de operações devido à divulgação indevida de informações sensíveis, como locais e identidades de agentes. O POP da PMGO (Goiás, 2023) estabelece diretrizes para proteger a confidencialidade, recomendando a não identificação de policiais em conteúdos públicos, o que parece parcialmente implementado, dado o receio expresso por parte dos respondentes.

Em relação aos riscos éticos, 31,11% (14) dos alunos identificaram preocupações éticas no uso de redes midiáticas, enquanto 68,89% (31) não as perceberam. Essa divisão reflete os desafios discutidos por Durão (2019), que destaca a possibilidade de violações de

privacidade e do princípio da presunção de inocência na divulgação de imagens sensíveis, como registros de prisões.

Honorio Filho *et al.* (2019) complementam, alertando para o fenômeno do populismo penal midiático, no qual a exibição de operações em tempo real pode atender a expectativas populares de punição, mas desviar a polícia de sua missão preventiva. A percepção minoritária de riscos éticos sugere a necessidade de maior conscientização, especialmente em relação à conformidade com o Marco Civil da Internet e a Lei de Acesso à Informação, mencionadas no POP (Goiás, 2023, p. 19).

O gráfico 4 a seguir detalha a percepção dos alunos sobre os riscos éticos, destacando a predominância de respostas que não identificam tais riscos, mas reconhecendo a relevância da minoria preocupada para a formulação de políticas éticas.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

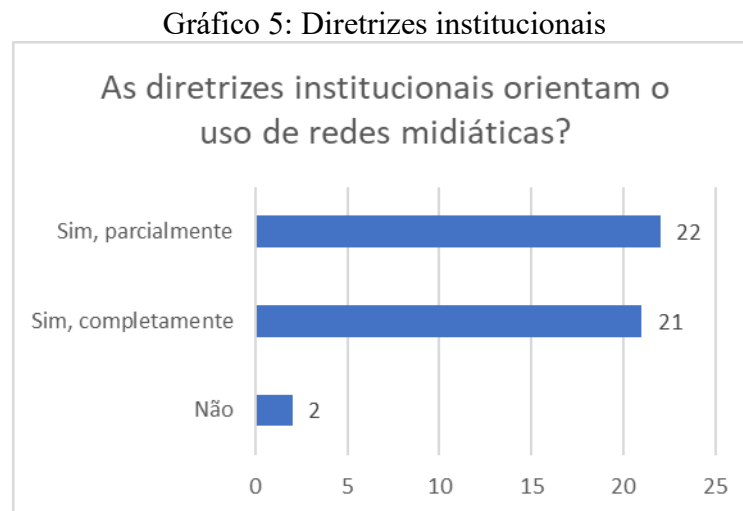
As respostas abertas sobre pontos negativos da exposição policial foram categorizadas em: exposição desnecessária/vulnerabilidade à segurança (33,33%, 15 respostas), risco de má interpretação/julgamentos (17,78%, 8 respostas), comprometimento de operações/sigilo (15,56%, 7 respostas), reconhecimento por infratores (13,33%, 6 respostas), uso inadequado da imagem institucional (8,89%, 4 respostas) e outros (6,67%, 3 respostas, incluindo autopromoção e perda de respeito).

Esses achados dialogam com Dambros (2025), que analisa o impacto da desinformação nas redes, destacando como narrativas distorcidas podem minar a confiança pública. Maya (2014) complementa, observando que a representação midiática de grupos marginalizados, como em operações contra "ilegais", pode reforçar estereótipos se não for cuidadosamente gerenciada. Peruzzo (2013) reforça a necessidade de monitoramento para

evitar interpretações negativas, especialmente em eventos de grande repercussão, como protestos.

A percepção sobre as diretrizes institucionais revelou que 44,44% (20) dos participantes consideram as orientações "completas", 51,11% (23) as veem como "parciais" e 4,44% (2) afirmam sua inexistência. Esses resultados mostram que, apesar do POP da PMGO (Goiás, 2023) estabeleça normas para a comunicação institucional, mais da metade dos alunos percebe lacunas na regulamentação, especialmente para o uso pessoal das redes. Lima (2022) destaca que a ausência de diretrizes claras para policiais youtubers, por exemplo, pode levar a conteúdos que violem normas institucionais, como a exposição de operações em andamento. Santana (2024) complementa, observando que a presença de policiais, especialmente mulheres, nas redes pode gerar confrontos discursivos que afetam a coesão interna, exigindo políticas que promovam equidade e controle.

O gráfico 5 abaixo ilustra a distribuição das respostas sobre a adequação das diretrizes institucionais, destacando a predominância da percepção de orientação parcial e a necessidade de regulamentação mais robusta.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A análise das respostas abertas reforça os desafios identificados. A exposição desnecessária e a vulnerabilidade à segurança foram os pontos negativos mais citados, sugerindo que os alunos reconhecem os riscos de identificação pessoal e operacional, conforme alertado por Paes e Barbosa (2023). O risco de má interpretação e julgamentos reflete a preocupação com a amplificação de narrativas negativas, como discutido por Peruzzo (2013) no contexto de movimentos sociais e redes virtuais.

A menção ao uso inadequado da imagem institucional alinha-se com Honorio Filho *et al.* (2019), que criticam a espetacularização do trabalho policial, que pode priorizar a repressão em detrimento da prevenção. Esses resultados indicam a necessidade de treinamento e regulamentação mais abrangentes, como sugerido por Lima (2023), para alinhar a comunicação digital aos objetivos institucionais.

Os resultados mostram que o uso de redes midiáticas pela PMGO é amplamente percebido como uma ferramenta estratégica a fim de promover transparência, aproximar a corporação da comunidade e divulgar ações policiais. Contudo, os riscos associados, como exposição indevida, vulnerabilidade à segurança e potenciais violações éticas, demandam maior atenção institucional.

A percepção de diretrizes parciais sugere que o POP da PMGO (Goiás, 2023) precisa ser complementado por políticas que abordem o uso pessoal das redes e promovam capacitação contínua, conforme recomendado por Paes e Barbosa (2023). A literatura reforça a dualidade das redes: enquanto Lima (2023) e Baccin e Cruz (2015) destacam seu potencial para fortalecer a legitimidade policial, Durão (2019), Dambros (2025) e Honorio Filho *et al.* (2019) alertam para os desafios de gerenciar narrativas públicas e evitar a espetacularização.

A integração das redes midiáticas ao trabalho policial exige um equilíbrio entre visibilidade e segurança, como destacado por Leão *et al.* (2019) e Maya (2014), que apontam a influência das narrativas midiáticas na percepção pública. A PMGO deve investir em estratégias de monitoramento, como sugerido por Peruzzo (2013), para contrapor desinformação e manter a coerência institucional. A inclusão de perspectivas de gênero, conforme discutido por Santana (2024), pode enriquecer a comunicação digital, promovendo equidade e coesão interna. Esses achados oferecem subsídios para a formulação de políticas que maximizem os benefícios das redes midiáticas, garantindo sua utilização responsável e alinhada aos princípios da segurança pública.

5 CONCLUSÃO

O estudo demonstra que as redes midiáticas influenciam a comunicação policial da PMGO, respondendo à questão proposta ao revelar que seu emprego equilibra benefícios como transparência e interação comunitária com desafios operacionais e éticos. Com adesão total para divulgação de ações e campanhas educativas, as plataformas digitais facilitam a aproximação com a sociedade na maioria das percepções, promovendo confiança e policiamento comunitário, conforme relatado por alunos em formação recente.

Entre os resultados principais, destacam-se a interação comunitária confirmada pela maioria dos participantes e avaliações de transparência alta ou muito alta na maior parte dos casos, que fortalecem laços sociais por meio de publicações educativas e diálogos bidirecionais. Esses elementos permitem identificar demandas da população e impulsionar iniciativas preventivas, consolidando a legitimidade institucional da PMGO por canais online.

Entretanto, riscos à segurança, percebidos por boa parte dos respondentes, e éticos, identificados por uma parcela dos participantes, expõem vulnerabilidades como exposição indevida e desinformação, agravadas por diretrizes institucionais consideradas parciais na maioria das respostas. Tais limitações demandam ajustes para preservar a eficácia das práticas comunicacionais.

Para superar esses obstáculos, as visões dos alunos apontam para treinamentos contínuos e padronização de normas, com ênfase em monitoramento ampliado e gestão de conteúdos reforçada, orientando a PMGO a integrar visibilidade com proteção para mitigar efeitos negativos. Dessa forma, o investimento na regulação e capacitação pode expandir os impactos positivos, garantindo um uso responsável das redes alinhado aos objetivos de segurança pública.

REFERÊNCIAS

- BACCIN, Leonardo Rincon Stankiewicz; CRUZ, Tércia Maria Ferreira. Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da Polícia Comunitária. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 2, p. 13-34, 2015.
- DAMBROS, Rafael Mendes. Quando a farda enfrenta o feed: a imagem da pmpr sob o impacto das redes sociais e da desinformação. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 6, p. e666561-e666561, 2025.
- DURÃO, Susana. Ação policial: nos limites plurais do sensível. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 34 jul. dez, 2019.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- HONORIO FILHO, Simplicio; DOVANA, Paula; COSTA, André de Abreu. Populismo penal midiático: exploração midiática da criminalidade e a espetacularização do crime. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. 1, 2019.
- LEÃO, Lucia et al. Imaginários de poder e redes midiáticas: diálogos entre o Creative Time Summit e o Brasil. **RuMoRes**, v. 13, n. 26, p. 207-232, 2019.

LIMA, Alexandre Henrique Silva. Marketing Institucional: Reflexões E Sugestões Para Aprimoramento Da Polícia Militar Do Paraná. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 1, p. e412580-e412580, 2023.

LIMA, Marcos Deiverson da Rocha. **Policial youtuber: uma análise de vídeos publicados no Youtube por integrantes da Polícia Militar de Alagoas à luz dos conceitos de mandato policial e populismo penal**. 2022. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Curso de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

MAYA, Bruno Costa. O trabalho como dispositivo e o discurso policial sobre os “ilegais”: a representação midiática dos bolivianos em oficinas clandestinas no Brasil. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 02, 2014.

NEVES, Jefferson Pereira das; ALVES, Rafael Delfino Rodrigues. **A percepção dos policiais militares de Goiânia quanto ao uso das redes sociais como uma forma de se aproximar da população**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

PAES, Higor dos Santos; BARBOSA, Patrick Barros. **As mídias sociais e a atividade policial**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

SANTANA, Cremilton de Souza. A posição-sujeito mulher policial nas corporações de segurança pública do Brasil: o acontecimento discursivo e a circulação-confronto de sentidos nas redes. **Repositório Digital de Teses e Dissertações do PPGLin/Uesb**, v. 12, p. 168 p.-168 p., 2024.

APÊNDICE A –QUESTIONÁRIO SOBRE O USO DE REDES MIDIÁTICAS

Prezado(a) Aluno(a) da Academia da Polícia Militar de Goiás (PMGO), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Redes Midiáticas e o Trabalho Policial: Vantagens e Desvantagens pela PMGO", conduzida por Rafael Moreira de Souza, vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O estudo visa analisar as vantagens e desvantagens do uso de redes midiáticas.

Este questionário é anônimo e destinado a alunos da Academia da PMGO. Leia o Termo de Consentimento acima e, se concordar, marque a opção correspondente antes de prosseguir. Declaro concordo em participar de forma livre e esclarecida:

- Sim
- Não

Há quanto tempo você está em formação na Academia da PMGO?

- Menos de 6 meses
- 6 a 12 meses
- Mais de 12 meses

A PMGO utiliza redes sociais para divulgar ações operacionais?

- Sim
- Não

As redes midiáticas são usadas para campanhas educativas pela PMGO?

- Sim
- Não

Você já interagiu com a comunidade por meio de redes sociais em atividades policiais?

- Sim
- Não

Avalie a transparência promovida pelo uso de redes midiáticas pela PMGO:

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

As redes midiáticas facilitam a aproximação com a comunidade?

- Sim, significativamente
- Sim, moderadamente
- Não

A exposição de operações em redes sociais pode comprometer a segurança?

- Sim, frequentemente
- Sim, raramente
- Não

Você percebe riscos éticos no uso de redes midiáticas pela PMGO?

- Sim
- Não

As diretrizes institucionais orientam o uso de redes midiáticas?

- Sim, completamente
- Sim, parcialmente
- Não

Descreva as principais vantagens percebidas no uso de redes midiáticas pela PMGO:

Cite um ponto negativo, na sua opinião, da exposição dos policiais nas redes sociais.